

FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE RELACIONAMENTO ENTRE MÃES E FILHOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Milene Camargo Vasconcelos¹
Ana Flávia Sales Costa²

RESUMO

A presente pesquisa objetivou compreender como são as formas de relacionamento entre mães e filhos na família contemporânea. Tratou-se de um estudo qualitativo de natureza descritiva em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez mães que participam dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Jequitibá/MG. Os resultados indicam que, de modo geral, as mães da atualidade vivenciam com os filhos um relacionamento baseado no diálogo e no afeto. Entretanto, encontram dificuldades para estabelecer os limites, considerando que são reconhecidas como as maiores responsáveis pela educação dos filhos. Além disso, foi possível constatar que as mulheres quando se tornam mães, abdicam do tempo para si, para conciliar diferentes papéis advindos da contemporaneidade, o que gera conflitos para as mesmas. A partir da análise dos resultados, percebeu-se que mesmo com as transformações ocorridas na família, essa é um importante sistema na vida do indivíduo, influenciando todo o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: contemporaneidade, relacionamento, mães e filhos, CRAS.

ABSTRACT

The present research aimed to understand the relationship between mothers and children in the contemporary family. This was a descriptive qualitative study in which semi-structured interviews were carried out with ten mothers participating in the Services of Coexistence and Strengthening of the Link (SCFV) of the Reference Center for Social Assistance (CRAS) in the municipality of Jequitibá / Minas Gerais a state from Brazil. The results indicate that, in general, today's mothers experience a relationship based on dialogue and affection with their children. However, they find it difficult to establish the limits, considering that they are recognized the main responsible for the education of the children. Moreover, it was possible to verify that women when they become mothers, abdicate the time for themselves, to reconcile different roles coming from contemporaneity, which creates conflicts for them. From the analysis of the results, it was noticed that even with the transformations occurring in the family, this is an important system in the life of the individual, influencing all his development.

Keywords: contemporaneity, relationship, mothers and children, CRAS.

¹Graduanda do Curso de Psicologia na Faculdade Ciências da Vida- FCV

E-mail: milenevasc@hotmail.com

²Psicóloga graduada pela UFMG, pós-graduada em Psicologia Clínica na Abordagem Gestáltica pela FEAD Minas e em Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pela Faculdade Pitágoras, título de especialista em Psicologia Social pelo Conselho Federal de Psicologia, mestre em Psicologia pela PUC Minas, doutoranda em Psicologia pela PUC Minas, docente do curso de psicologia da Faculdade Ciências da Vida.

E-mail: anaflaviasalescosta@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A família é uma instituição social, e por isso precisa ser vista como uma construção sócio histórica, observando sua constituição em diferentes épocas e locais, em que sua função e configuração transformava-se de acordo com os ideais de cada época e região. Dessa forma, a família não pode ser considerada como algo natural, como uma instituição ligada emocionalmente e afetivamente a ideia de maternidade, de cônjuges ou paternidade, como é vista nos tempos atuais. Um exemplo a isso é o da Grécia antiga e nos séculos XVI e XVII, em que numa família aristocrática, a união entre os indivíduos se dava motivada por questões de heranças ou por outros interesses financeiros das famílias, percebe-se assim, que o amor e o casamento nem sempre era uma forma de vinculação entre as pessoas (SILVA, 2009).

Até o século XVII não existia o conceito de família em todas as culturas e sociedades, pois não havia privacidade entre as pessoas, tudo era vivido em público, a criança não era diferenciada dos adultos, vivendo como se fosse um deles. Dessa forma, esse conceito ficava restrito aos burgueses, nobres e lavradores ricos, mas com a chegada da escola, da privacidade, da valorização das crianças junto aos seus pais, a instituição familiar passou a ser reconhecida, principalmente pela igreja. Assim, a família nuclear burguesa começa a fazer parte da sociedade (ARIÉS, 1981).

As duas Guerras Mundiais e a Revolução Industrial geraram mudanças significativas não só no Brasil, mas no mundo, trazendo também consequências à instituição familiar (CÚNICO; ARPINI, 2013). O estudo sobre esse tema, além de ser complexo, vem se intensificando devido aos impactos que essa instituição vem recebendo tanto em sua estrutura quanto na sua dinâmica, acarretando assim novos desafios e novas formas de relacionamentos entre seus membros. Diante desse panorama, o presente artigo objetiva compreender quais são as formas de relacionamentos entre mães e filhos na contemporaneidade.

Então, a família vista por meio dessa construção histórica, que recebe influências econômicas, sociais e políticas, foi se reformulando, trazendo maior igualdade entre os seus membros. Houve uma ampliação das formas de atuação da mulher na sociedade, com o alcance de um novo espaço fora de casa, através de sua inserção no mercado de trabalho. Com isso, nas famílias nucleares, ocorrem também alterações nas atribuições dentro do lar, tornando-se necessário que o pai modifique a sua função no interior da família, passando dessa forma a ter responsabilidades e cuidados com os filhos, o que era antes tido como papel da mulher (CÚNICO; ARPINI, 2013).

Seja qual for a configuração familiar, a pesquisa sobre as atuais relações estabelecidas entre mães e filhos, se torna relevante a fim de proporcionar uma reflexão e um novo olhar acerca de como as mudanças ocorridas na função da mulher influenciam no convívio atual da família contemporânea. Possibilitando também perceber como se dão esses relacionamentos e qual o lugar da mulher nesse complexo contexto (STAUDT; WAGNER, 2008).

Diante desse panorama, Gomes e Zanetti (2011) consideram que a família contemporânea pode ser arquitetada de diferentes formas. A relação entre pais e filhos se apresenta de maneira frágil no que se refere às funções e responsabilidades parentais. Representando assim, uma construção de suas relações familiares com pouca hierarquia e autoridade, e sim uma tendência a valorizar mais a troca afetiva, e o cuidado, do que a imposição de autoridade e do respeito acima de tudo. Dessa forma, essas alterações advindas da contemporaneidade contribuíram para o surgimento de novas formas de relacionamento entre os entes familiares, introduzindo transformações na família tradicional e fazendo surgir novos modelos.

Baseado no olhar sistêmico, o qual define família como sendo um sistema que recebe influências recíprocas dos seus membros e do meio externo, essa instituição também se estabelece por subsistemas, como mãe-filho, irmão-irmão entre outros, os quais se interagem (ANTONI; TEODORO; KOLLER, 2011). É possível indagar quais são as formas de relacionamento entre mães e filhos vivenciadas na contemporaneidade, considerando as transformações que o papel feminino e, conseqüentemente, a maternidade sofreram ao longo do tempo.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é um equipamento estatal da Política Pública de Assistência Social para trabalhar o fortalecimento do vínculo familiar. Esse *lócus* foi escolhido, pois, por meio das famílias referenciadas nesse serviço, é possível perceber as diversas formas de funcionamento que ocorrem nas relações entre os seus membros.

Foi realizado então um estudo de campo no CRAS do município de Jequitibá/MG, através de entrevistas individuais e semiestruturadas com dez (10) mães que participam dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. A análise dos dados coletados se deu através da análise de conteúdo, como forma de ter um novo olhar sobre o tema proposto, partindo da identificação de categorias de análise.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica desse artigo divide-se em dois subitens. O primeiro dedica-se a contextualizar a temática sobre família com as transformações que essa recebeu ao longo da história, com enfoque nas relações entre seus membros, e nas modificações das funções da mulher na sociedade. E o segundo subitem discorre sobre o CRAS, que é o *locus* da pesquisa do presente trabalho.

2.1 A FAMÍLIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Falar de família não é tarefa fácil, o tema vem sendo estudado em diferentes contextos ao longo da história, o qual sugere diversas modificações nesse sistema, seja em seu processo de estruturação, relação e até mesmo em sua conceituação. Entretanto, para compreender melhor a discussão acerca dessa temática, torna-se imprescindível trazer uma definição. Com isso, Lasacco (2015) define família como a instituição responsável pela socialização, introjeção de valores e pela formação de identidade, espaço privado que se relaciona com o espaço público. Compreende-se dessa forma, que a família é o primeiro grupo no qual a criança está inserida. Devido a isso, o seu papel é fundamental para o desenvolvimento saudável da mesma.

Partindo do pressuposto de que a família é o primeiro núcleo social de um indivíduo, supõe-se que esse é um importante ambiente de desenvolvimento do ser, e por isso, o seu funcionamento deve ocorrer de forma saudável, presumindo que é a partir dos relacionamentos familiares, que o indivíduo se prepara para a vida adulta e para desempenhar funções importantes na sociedade. Tendo em conta esse fato, o núcleo familiar é tido como um sistema, um processo de interação entre seus membros, em que a comunicação surge como um meio de contato e estabelecimento de vínculos (DIAS, 2011).

Entretanto, nem sempre a família foi vista dessa maneira, a sua conceituação foi sendo construída ao longo da história da sociedade, valendo lembrar que nem sempre houve a instituição familiar. Então, para compreender melhor as mudanças ocorridas na família no decorrer da história, serão desenvolvidas, brevemente, as características dessas transformações. Tomando como base, o autor Phillippe Ariés (1981), que remete sobre a

construção social da família, demonstrando que as atribuições dadas a ela são bem diferentes de uma época histórica para outra.

Nos séculos XVI e XVII, a família não era constituída pelo afeto, (esse geralmente vinha depois do casamento) e a sua função era tida apenas para estabelecer a conservação dos bens de herança e da honra, que era passado de geração em geração. Como não havia privacidade entre as pessoas de um determinado núcleo, as trocas afetivas, então, eram tidas fora do âmbito da família, podendo acontecer entre vizinhos, com homens, mulheres, idosos ou crianças. Assim, não havia uma delimitação do âmbito privado para o público, pois todos viviam juntos, convivendo tanto com parentes próximos ou não (ARIÉS, 1981).

Nessa mesma época, as crianças viviam como anônimas, não sendo diferenciadas dos adultos. Quando era percebido que ela conseguia sobreviver sem ajuda de outras pessoas, na maioria das vezes, ela ia viver em outro lugar, que não a casa de sua família. A família se organizava de maneira pré-estabelecida, tornando o pai -mais velho- o responsável por todos, ocupando a posição mais alta na hierarquia da casa, e os outros membros eram divididos em funções que garantisse a sobrevivência de todos. Assim, os laços entre eles prevaleciam além dos vínculos consanguíneos, mas para garantir os valores da honra (ARIÉS, 1981).

A partir do século XVIII, sob influência religiosa, da valorização da educação, e mais tarde da industrialização, a família se modifica de forma mais drástica, surgindo mais afeição entre pais e filhos, tornando as crianças mais próximas de sua família consanguínea. A nova dinâmica familiar deixou de se estabelecer apenas por conveniência financeira ou em função da honra, para se caracterizar pelo amor entre os membros. A criança começa a sair do seu anonimato, recebendo mais atenção dos pais, os quais começam a se interessar pelos estudos dos filhos, lhe ensinando sobre a cultura e demais responsabilidades. Assim, esse é um dos elementos que contribuiu para a privacidade familiar. Surgindo a família denominada como nuclear, que se torna base da sociedade, mostrando o lugar da criança dentro da família (ARIÉS, 1981).

Em meados do século XIX, a família apresentava em sua configuração: pai, mãe e filhos; sendo denominada assim como família nuclear. Tudo era determinado em torno da figura patriarcal, isso ocorria pelo fato do homem deter o poder econômico da casa, por isso era quem delimitava as regras. Dessa forma, ele é quem assumia o papel de chefe e as mulheres e filhos sendo submissos a essa figura (ALCÂNTARA, 2013). Percebe-se assim, que a família apresentava uma estrutura hierárquica, em que o homem detinha o poder, controlando todos os demais membros, enquanto a mulher era responsável pelos afazeres domésticos, cabia a essa o cuidado com a casa e com os filhos. As crianças, por sua vez, não

apresentavam nenhuma função propriamente dita, ou seja, não tinham voz no seio familiar (HINTZ, 2011). Assim, pode ser compreendido que haviam funções pré-estabelecidas e sem mobilidade para cada membro da família, o que servia para definir e afirmar a hierarquia entre eles, distanciando dessa maneira pais e filhos.

Corroborando com essa ideia, Rosset (2015) afirma que nas famílias tradicionais, as atribuições de seus integrantes eram bem definidas e a hierarquia, inquestionável. Por esse motivo viviam com uma maior estabilidade, uma vez que não era preciso se preocupar com outras atividades, se não aquelas pré-estabelecidas. Tendo em vista que nos tempos atuais não existem as mesmas determinações, a família se adapta e se organiza de acordo com a sua necessidade, afirmando que a hierarquia atualmente está voltada para as necessidades dos filhos. Em contrapartida, algumas dos preceitos da família patriarcal ainda se mostram presentes no âmbito familiar contemporâneo (ROSSET, 2015).

Com o passar do tempo, as funções dos membros familiares e o conceito de família tradicional patriarcal foram sendo transformados e redefinidos: as decisões passaram a serem compartilhadas, aumentou-se o número de divórcios, a igualdade passou a fazer parte do cotidiano desse núcleo, proporcionando novas formas de relacionamento entre pais e filhos, havendo assim, uma maior possibilidade de diálogo entre os membros (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012).

Desse modo, compreende-se que as famílias, ao longo da história, sofreram constantes mudanças as quais vêm causando alterações no campo de suas relações, a ponto de desordenar funções e lugares historicamente constituídos. Como decorrência disso, se nota uma vulnerabilidade no relacionamento entre pais e filhos no que diz respeito às responsabilidades e à disposição de autoridade dos pais (GOMES; ZANETTI, 2014).

A instituição familiar deixa de ser construída apenas de forma nuclear, e começa a abranger diversificadas formas. Seja ela composta apenas por um dos pais, pelos avós, seja por união estável ou religiosa, pela união de pessoas homoafetivas, entre outros, o que, independente do seu arranjo, essa instituição é baseada em um relacionamento afetivo. Os filhos começam a ter um novo lugar, recebendo mais atenção e estabelecendo novas formas dos membros se relacionarem (LASACCO, 2015).

Por meio da perspectiva sistêmica, constata-se que uma das formas de organizar a estrutura, as relações e diferenciar os subsistemas de uma família, se dá por meio da hierarquia - vista como uma estrutura de poder, controle e adaptabilidade, diferenciando dessa forma as atribuições dentro do sistema e possibilitando que cada um exerça a sua função. Quando a família se encontra em desenvolvimento saudável, a organização por meio da

hierarquia ocorre de forma a beneficiar esse núcleo. Entretanto, as mudanças e transformações que vêm ocorrendo, influenciam na interação e no funcionamento do aspecto hierárquico, podendo provocar nesse sistema uma organização disfuncional. As famílias podem apresentar inversões de hierarquia e conseqüentemente a inversão nos papéis. Isso ocorre quando a criança realiza a ação de cuidadora, de proteção e de estabelecer limites, desempenhado dessa forma o papel parental (ANTONI; TEODORO; KOLLER, 2011).

Com os impactos de mudança que a contemporaneidade trouxe, houve a redefinição da função da mulher na sociedade, bem como no papel de mãe e da sua relação com os filhos, o que pode gerar grandes desafios. Tendo em vista que, por um lado a inserção feminina no mercado de trabalho pode contribuir para sua autoestima, autoconfiança e independência econômica, por outro lado um dos grandes desafios envolve conciliar a necessidade profissional, familiar e afetiva além de permanecer com o cuidado da casa e dos filhos. Essas alterações podem ser vistas pelas mulheres como perdas, ao sentirem-se culpadas por descuidarem da função materna devido à função laboral (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012).

Com isso, percebe-se que o sistema da família contemporânea sofre mudanças intensas. Atualmente, a saída da mulher para o mercado de trabalho se tornou uma necessidade em que a mesma apresenta importante atribuição na economia familiar. No entanto, quando todos os adultos responsáveis saem para o trabalho ocorre um afastamento dos filhos do seio da família, uma vez que se torna necessário terceirizar a sua convivência diária, seja ela com avôs, em creches, escolas, entre outros, o que pode também gerar dificuldade na relação de hierarquia e autoridade.

Nesse sentido, pode-se dizer que há um conflito entre o que essas mulheres aprenderam ao longo da sua história com o que deve ser praticado no mundo de hoje. Necessitam ser chefes de famílias, provedoras da economia familiar, mas sem deixarem de ter as responsabilidades com a educação dos filhos e cuidados com a casa. Conseqüentemente, a relação desse núcleo pode ser estremecida devido ao excesso de atividades que lhe são atribuídas (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012).

Contudo, mesmo diante das diversas transformações ocorridas nas últimas décadas, a família ainda continua a ter uma importante e primordial função social, como responsável pela construção e desenvolvimento do sujeito, contribuindo para a constituição da sua personalidade, sendo que essa será influenciada pela organização em que o sistema familiar se apresenta. Embora a contemporaneidade tenha alterado as formas de funcionamento e relacionamento entre os membros de uma família, é observado que essa instituição ainda é o lugar de segurança para o desenvolvimento saudável do indivíduo diante da sociedade.

Hoje, encontram-se famílias com diversificados arranjos e formas de organização. Assim, tanto os entes familiares quanto os profissionais que trabalham na área, podem se deparar com diferentes desafios de como lidar com as novas circunstâncias familiares, e por isso é necessário uma adaptação constante por parte desses. Entretanto, independente de como o sistema familiar se estabelece, é preciso garantir que as funções e papéis familiares não se percam para que a família se desenvolva de maneira saudável. Com isso, o CRAS tendo como função trabalhar o fortalecimento de vínculos dos integrantes de uma família, foi escolhido como *locus* da pesquisa.

2.2 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - (CRAS): O *LÓCUS* DA PESQUISA

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aponta para a centralidade da família, tendo em vista que o núcleo familiar é um importante contexto da vida social. Por isso, com as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea, impactando a instituição familiar, profissionais que trabalham na área estão cada vez mais atentos sobre as suas modificações, pois a família precisa ser compreendida em sua totalidade, necessitando de cuidados e proteção, uma vez que as transformações podem desencadear a fragilização na relação entre seus membros.

Dessa forma, o CRAS é considerado como a porta de entrada para os serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica (PSB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ofertando serviços protetivos, preventivos e proativos a seu território de abrangência. Esse equipamento deve estar localizado preferencialmente em regiões onde se encontram situações de vulnerabilidades e risco social, além de ofertar os Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Seu público alvo é de indivíduos e famílias que estejam em situação de desproteção social, pessoas com deficiência, idosos e pessoas que estejam incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e/ou do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2015).

Composto por uma equipe interdisciplinar (com a presença de psicólogos e assistentes sociais), os seus serviços devem ser organizados de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009). Os profissionais responsáveis por esses ofícios devem ter um planejamento e conhecimento das famílias referenciadas no

território, bem como das vulnerabilidades e potencialidades que elas apresentam. Assim, esse equipamento promove a articulação entre as unidades socioassistenciais de outras políticas públicas, possibilitando que a população tenha acesso aos benefícios, serviços e projetos do equipamento social, tornando-se, dessa forma, uma referência para a população e trabalhando através do PAIF o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários evitando que seus direitos sejam violados (BRASIL, 2013).

Acreditando que um serviço de fortalecimento de vínculos é de fundamental importância às famílias que se encontram fragilizada pelas transformações da contemporaneidade, o CRAS, sendo um mecanismo Estatal que tem como fim a oferta desse serviço, sua escolha veio como protagonista, pois por meio das famílias referenciadas no equipamento, é possível identificar as diversas formas de funcionamento e as disfuncionalidades que ocorrem nas relações entre os seus membros. Assim, o trabalho social com famílias, exige cuidados e desafios para os profissionais da área que devem trabalhar a proteção e a autonomia do sistema, em que o núcleo familiar deve ser respeitado de acordo com suas características, valores e padrões de funcionamento, contribuindo para que os usuários do serviço sejam donos e responsáveis por suas histórias, estimulando o empoderamento familiar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, a qual procurou apresentar particularidades de uma determinada população ou fenômeno, conforme sugerido por Gil (2002). Dessa forma, buscou-se no trabalho compreender as características presentes nas relações contemporâneas entre mães e filhos participantes dos serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos do CRAS de Jequitibá/MG.

O trabalho utilizou como estratégia a pesquisa de campo, que procura o aprofundamento da temática estudada e está voltado ao estudo de grupos, comunidades e indivíduos, visando os diversos aspectos da sociedade (GIL, 2002). E para dar subsídios a esse estudo, foi realizada a pesquisa bibliográfica, enfocando na literatura científica atualizada sobre as relações entre mães e filhos na contemporaneidade a partir do referencial sistêmico.

No que se refere à coleta de dados no campo, foram realizadas entrevistas individuais e semiestruturadas, sendo o principal objetivo compreender os sentidos produzidos sobre a temática estudada através dos relatos subjetivos das entrevistadas. Foi elaborado um roteiro

composto por onze questões que foram realizadas com as mães participantes de atividades do CRAS do município de Jequitibá/MG.

Num total de dez entrevistadas, as participantes foram escolhidas pelos profissionais de Psicologia e Serviço Social do CRAS de Jequitibá/MG, apresentavam-se com idades variadas entre 26 a 44 anos e suas configurações familiares diversificadas. Além disso, por serem famílias referenciadas ao CRAS, é possível dizer que estão entre as famílias consideradas com maior fragilidade socioeconômica. Quanto à escolaridade, a maioria cursou até o ensino fundamental, sendo que apenas uma das entrevistadas tem o normal superior, porém não exerce a função de professora, conforme se pode observar na Tabela 1.

Todos os nomes utilizados foram fictícios para preservar a identidade das participantes. Ao início de cada entrevista, as mães entrevistadas foram orientadas sobre o objetivo e a finalidade da pesquisa e sobre sua participação, bem como foram esclarecidos temas sobre a confidencialidade de sua identidade e das informações prestadas. Foi utilizado o termo de consentimento livre e esclarecido informando sobre os procedimentos e o motivo da pesquisa, que foi lido e assinado pelas entrevistadas.

A análise dos dados coletados se deu por meio da Análise de Conteúdo, que por sua vez caracteriza-se como um conjunto de técnicas de pesquisa, cujo objetivo é a busca do sentido e/ou a análise das comunicações. (BARDIN, 2011). Assim, objetivando a compreensão e reflexão das informações coletadas para propor uma nova forma de perceber o tema proposto, partiu-se para a construção da identificação de categorias de análise.

Nesse processo, foram construídas três categorias de análise para a discussão identificadas na leitura das narrativas: 1) família contemporânea *versus* família tradicional; 2) o declínio da autoridade das mães na família contemporânea; 3) e a chegada de um filho e a mudança na vida da mulher.

Tabela 1: Identificação das entrevistadas e estrutura familiar

(Continua)

Nome fictício	Escolaridade	Idade	Ocupação	Número de filhos	Idade	Tipologia da família
Letícia	Ensino Fundamental	32	Trabalho rural	1 filho	10 anos	Monoparental feminina
Ester	Ensino Fundamental Incompleto	40	Dona de casa	3 filhos	04, 09 e 16 anos	Reconstituída
Rosa	Ensino Fundamental	26	Dona de casa	3 filhos	01, 03 e 06 anos	Reconstituída

Nome fictício	Escolaridade	Idade	Ocupação	Número de filhos	Idade	Tipologia da família
Ana	Ensino Médio	31	Agente de saúde	1 filho, 1 sobrinho e 1 enteado	Filho: 06 anos, Sobrinho: 10 anos, Enteado: 13 anos	Homoafetiva e extensa
Maria	Ensino Médio	39	Secretária	2 filhos	13 e 18 anos	Nuclear
Isabel	Ensino Fundamental	42	Trabalho Informal	1 filho	13 anos	Monoparental feminina
Isabella	Ensino Médio	26	Secretária	1 filho	04 anos	Monoparental feminina
Luíza	Normal Superior	44	Comerciante	3 filhos e 1 enteado	Filhos: 03, 08, 17 anos enteado: 23 anos	Nuclear e extensa
Clara	Ensino Fundamental	32	Dona de Casa	4 filhos	08, 09, 11 e 13 anos	Reconstituída
Tatiana	Ensino Médio	33	Auxiliar de Escritório	2 filhas	12 e 13 anos	Nuclear

Fonte: Elaborado pela autora

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA *VERSUS* FAMÍLIA TRADICIONAL

Como já discutido nesse estudo, a dita família tradicional se organizava em torno de uma estrutura patriarcal, em que se encontrava uma esposa calada e submissa e filhos temerosos e obedientes, em que a educação dada a esses era de forma rígida, sem diálogo ou afeto. Nesse modelo de família há definições de papéis para cada membro, o que, dessa forma, coloca os pais em uma posição de autoridade sobre os filhos, afirmado sua hierarquia e distanciando a sua relação com eles (KEHL, 2003).

Por sua vez, a família da contemporaneidade, em sua grande parte, deixa a prática hierárquica, tornando-se um sistema mais igualitário, promovendo a relação dos seus indivíduos de maneira horizontal, com proximidade e respeito. Trazendo assim, a diminuição pré-estabelecida do papel de pai/mãe distante em relação aos filhos. Ou seja, nesse modelo, os pais saem do seu papel tradicional para tornarem-se amigos dos filhos (STENGEL, 2011).

Ao longo das entrevistas, foi constatado que a maioria das participantes consideram que a família que se estabelece hoje é vista como algo que não corresponde a um modelo existente no passado:

“A educação que eu recebi dos meus pais foi com muita rigidez, não tinha diálogo com meus pais, e naquela época existia o tal do coro né! Qualquer coisinha a gente *tava* apanhando, eles não conversavam muito, quando a gente assustava a gente já *tava* apanhando” (Maria).

“Na verdade, eu levava era surra (sorriu) qualquer erro era uma surra né, e hoje em dia eu me baseei mais na conversa, também bato, se for necessário eu também bato, mas eu baseio mais na conversa depois castigo, e por último uma correção mais puxada” (Ana).

“Eu não tinha diálogo com meus pais, menina cala a boca, não me responde, vou quebrar sua cara. Só que hoje não, eu deixo ele [filho] conversar comigo, deixo ele [filho] dialogar até o ponto que eu acho que ele [filho] tem que parar” (Isabel).

Nessa perspectiva Fiorin, Patias e Dias (2011), corroboram que a forma hierárquica de família passa a ser modificada, tendo sua forma de vinculação mais igualitária, não só entre homem e mulher, mas também entre pais e filhos. Com esse novo cenário, as entrevistadas, apesar de considerarem difícil ser mãe atualmente, demonstram em seus relatos maior flexibilidade no convívio com seus filhos, passando a ter mais diálogo e afeto. Como foi destacado em algumas narrativas:

“Para te falar a verdade é bem complicado ser mãe nos dias de hoje, porque tipo assim, a gente às vezes quer o melhor para os filhos, mas infelizmente, no caso do meu, *tá* me dando muito trabalho. Nos tempos de hoje *tá* mais complicado, antigamente não era como é hoje” (Letícia).

“Hoje, tenho uma relação boa com ele [filho], de mãe, de amiga, converso com ele todos os tipos de assunto.” (Isabel).

“Eu acho que é boa, eu queria até que fosse melhor, mas como eu sou perfeccionista, eu deixo assim, porque é muito boa. A gente conversa, a gente brinca, me chama o dia inteiro, nós somos muito próximos” (Luiza).

Com isso, percebe-se por meio desse estudo que atualmente há famílias com o padrão patriarcal, entretanto a maioria das entrevistadas considera a forma de relação desse

modelo familiar, rígida e repressora, em que os pais resolvem as dificuldades com os filhos por meio da agressão física, impondo o respeito através do medo. Enquanto que na contemporaneidade, consideram que os filhos têm maior flexibilidade na relação com os pais, que por sua vez, tem uma forma mais afetiva e comunicativa de lidar com eles. Assim, todas as participantes consideraram difícil ser mãe atualmente, mas não se arrependem da forma como educam e se relacionam os filhos, pois, a proximidade transmite maior confiança.

Assim, é possível perceber nos relatos de algumas entrevistadas que ainda prevalece a forma tradicional de organização em seu núcleo familiar. Nesse sentido, Brito, Miranda e Hannum (2013) afirmam que as famílias ainda se encontram em fase de transição e, por isso, muitas mães idealizam um modelo de família, considerando que o arranjo da família tradicional ainda seja a melhor forma para se educar o filho, como é possível perceber nesse relato:

“Então, cada coro, cada castigo, cada ‘não’, que a gente *aceitávamos*, todos que vinham, foram muito bem-vindos, quem dera hoje eu pudesse educar meus filhos da maneira que eu educava antigamente” (Maria).

As novas configurações familiares também apareceram de maneira relevante nessa pesquisa, percebendo-se uma média de filhos em menor quantidade, o que difere das famílias de origem das participantes. Além disso, a estrutura dessas famílias ocorre de diversificadas formas, seja ela composta por relação homoafetiva, monoparental e famílias reconstituídas, em maior número que as famílias nucleares. Essa é uma concordância trazida por Dias (2011), ressaltando que independe do modelo estabelecido na família atual, ela continua sendo uma unidade social importante para o desenvolvimento do indivíduo. É um sistema dinâmico que constrói suas próprias identidades, unidas, seja por laços consanguíneos, laços afetivos ou por interesse.

Com isso, Rosset (2015) aponta que encontramos famílias com variadas configurações e formas de funcionamento, e por isso, questões como o limite e autoridade dos pais têm sido constantemente discutidas. Configurações em que a hierarquia se apresenta de maneira questionável, e os pais ou responsáveis, deixam as regras flexíveis e negociáveis. Essas questões, vista pela autora, como novos problemas, foram possíveis de serem constatadas no presente estudo, como é mostrado na próxima categoria.

4.2 O DECLÍNIO DA AUTORIDADE DAS MÃES NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Aos serem questionadas sobre a forma como estabelecem limites hoje para os filhos, e como lidam com as dificuldades apresentadas por eles, foi verificado que as entrevistadas acham importante estabelecer regras e limites, entretanto devido aos filhos terem acesso à tecnologia e conseqüentemente às informações, eles apresentam novas formas de conduta. Com isso, a maioria das participantes demonstrou ter barreiras para tal, como é relatado nesse exemplo:

“É importante *dá* limite. Tipo, a gente tenta, mas eu falo para ele, não pode, não faz, não vai, mas ele acha que ele pode fazer as coisas sozinho. Tipo assim, às vezes a gente fala, vai corrigir, fazer alguma coisa assim, a gente tem que ter alguma moral dentro de casa, pelo menos com ele.” (Letícia)

Com isso, percebe-se que as mudanças ocorridas no sistema familiar, tais como nos papéis desempenhados atualmente por seus membros, coloca em discussão o exercício de autoridade hoje executado pelas mães. Martins, Alves e Piato (2013) consideram que antes a família baseava sua relação e dinâmica através da ordem, respeito e medo entre pais e filhos. Entretanto, atualmente houve o declínio da autoridade dos pais, passando a ter suas atribuições fragilizadas, em que apresentam medo de frustrar os filhos, deixando dessa forma que a vontade do filho prevaleça, tornando a criança o centro da família:

“Se eu falo que ele não vai em tal lugar, ele vai!! Ele *tá* assim, ele quer, ele vai, então a vida dele agora é só andar de bicicleta, *vê* TV, ficar no celular, infelizmente tem tudo isso hoje né, aí ele vai e faz o que ele *quer*. (...) às vezes eu tinha vontade de ser mais dura com ele, mas como eu tenho só ele, fico meia derretida, e amolece rapidinho o coração e deixa fazer o que ele quer” (Clara).

Essa discussão nos remete ao questionamento da função exercida por cada membro da família atual, tornando-se algo confuso, no qual as atribuições se invertem e a autoridade parental se apresenta quase que como ausente (OLIVEIRA, 2009). Além disso, cabe aqui pensar também que o temor das mães atuais em repetirem a educação coercitiva que receberam, as leva ao oposto, deixando o “não poder nada” tradicional, para o “poder tudo” contemporâneo, configurando-se em uma forma mais aberta de relação.

Tomando a perspectiva da Psicologia Sistêmica, retornamos Antoni, Teodoro e Koller (2011) ao dizer que a família enquanto um sistema, deve se apoiar em uma estrutura hierárquica entre seus subsistemas, para que ocorra a funcionalidade nas relações entre seus membros. Assim, a forma como os subsistemas se organizam, estabelece a estrutura de uma família, em que cada um irá exercer o papel que lhe cabe. Entretanto, quando o papel parental, que incluía a autoridade não é exercido, essa dinâmica familiar de hierarquia pode ser

questionada, podendo levar a inversão dos lugares e funções que cabe a cada subsistema. Como se pode observar nessa fala, quando a entrevistada foi questionada sobre como é sua relação com os seus filhos:

“De irmã! Porque eles não me obedecem e não me *escuta*, eu não tenho autoridade, o que eles falam é o que eles fazem” (Clara).

Essa categoria assegura a ideia trazida por Gomes e Zanetti (2014) e Simões e Hashimoto (2012), em que afirmam que a relação entre os membros da família contemporânea alterou-se. Passando, em sua maioria, de um relacionamento, rígido, severo, com extrema autoridade e hierarquia entre pais e filhos, para um relacionamento em que decisões são compartilhadas entre todos os membros, havendo uma maior possibilidade de diálogo entre eles e um relacionamento mais igualitário. Contudo, essa nova forma de se estabelecerem gera fragilidade nas relações, considerando que há uma maior dificuldade na criação dos filhos, desordenando as funções de cada membro e conseqüentemente a autoridade dos pais.

4.3 A CHEGADA DE UM FILHO E A MUDANÇA NA VIDA DA MULHER

A discussão sobre a função da mulher na sociedade vem acompanhada com o desenvolvimento da urbanização e industrialização no Brasil, pois por muito tempo, ela era vista apenas como mulher do lar e dependente da figura masculina. As redefinições que a função feminina tem adquirido na contemporaneidade afeta as relações da dinâmica familiar. Por meio do movimento feminista, as mulheres passam a perceber suas potencialidades e capacidades de trabalho, para além de suas funções como dona de casa e mãe, se inserindo no mercado de trabalho, o que leva a terem dupla jornada: dentro e fora do âmbito privado (OLIVEIRA; TRAESEL, 2008). No depoimento das entrevistadas, quando questionadas sobre conciliar trabalho, casa, filhos e vida amorosa, são evidentes os conflitos existentes perante as “novas” funções femininas:

“Acho muito complicado! E quem consegue isso é uma guerreira. Eu sou uma guerreira eu sei disso, conheço meus valores, eu tenho noção de tudo que eu faço é *pra* ele (filho). Eu abro mão das minhas coisas *pra* ele [filho], eu acho que é isso, a gente tem que abrir mão (...) olha, vou te falar uma coisa, é pesado. Casa, filho e meu trabalho é pesado, mas eu faço com amor, com carinho e porque eu gosto” (Isabella)

Corroborando com essa perspectiva, um dos conflitos presentes relaciona-se às múltiplas vivências como mulher, mãe, esposa e trabalhadora. Muitas abdicam do casal, ou até mesmo de si, se tornando apenas mães, o que pode gerar grande sofrimento e sentimento de culpa por não terem maior envolvimento e tempo para os filhos, maridos/companheiros (as) e consigo (FIORIN; PATIAS; DIAS, 2011). Durante as entrevistas, todas as participantes disseram que não têm mais tempo para si, fazem tudo em função dos filhos e de casa:

“Não tenho nenhum tempo *pra* mim. Eu acho que meu tempo é esse aqui, porque eu gosto de trabalhar, mas *pra* mim, de cuidar de mim, pra fazer uma unha, um cabelo, de pensar em mim, não tenho. Porque eu me sinto sobrecarregada os problemas da família, dos meus filhos, do marido, da casa, isso que sobrecarrega” (Maria).

Dentro desse contexto os autores supracitados citados, ainda afirmam que as mulheres da contemporaneidade que optaram por trabalhar fora e dentro do domicílio, apresentam maiores queixas em relação à sua saúde física, demonstrando se sentirem sobrecarregadas devido à dupla jornada de trabalho. Além disso, essa dificuldade pode se tornar ainda mais agravada quando os homens não assumem suas responsabilidades, mesmo aquelas mulheres que contam com a presença do marido ou companheiro no ambiente doméstico, no caso de famílias nucleares ou de re-casamentos (FIORIN; PATIAS; DIAS, 2011). Esse fato fica evidente nas falas das entrevistadas, que consideram que a divisão das funções domiciliares ainda não está estabelecida claramente, o que as colocam como as únicas responsáveis pela educação dos filhos:

“No dia a dia lá de casa eu não sou muito de cobrar não. *Pra* ser sincera, meu marido é muito de conversar, mas eu não gosto de amolar, ele ajuda mas não pelo fato de ser obrigação. Tudo ele manda resolver comigo. *Pra* mim eu nem procuro dividir com ele, porque ele não vê como uma obrigação, ele tem um machismo, não admite que ele tem que ajudar” (Tatiana).

Esse relato entra em convergência com a ideia de Cúnico e Arpini (2013), que afirmam que atualmente os pais modificaram a sua função dentro do lar, passando a colaborar com as funções domésticas e com o cuidado dos filhos. Nessa pesquisa, a maioria das participantes considera que ainda as mulheres são as principais responsáveis por essas funções, mostrando que algumas características desejadas para a mulher, principalmente a mulher mãe, não mudaram tanto ao longo da história. Com isso, percebe-se que todas as modificações ocorridas no interior da família, e conseqüentemente na função da mulher, geram nas mesmas diversos sentimentos, como angústia, tristeza e até mesmo culpa por não

disponibilizarem para os filhos o tempo que gostariam. E que por mais que o homem dentro do lar tenha modificado também a sua função, quando ele está presente, ainda é a mãe a principal cuidadora das crianças. Diante dessa realidade, a mulher contemporânea deixa de ter tempo e espaço para si, sugerindo, dessa forma, uma ambivalência entre os seus diversos papéis, pois ora sente-se valorizada e reconhecida, ora sente-se desvalorizada e cansada.

Entretanto, mesmo com as dificuldades de conciliar as diversas funções demandadas pelos tempos atuais, nas narrativas das entrevistas, é possível perceber ainda o que foi discutido por Simões e Hashimoto (2012), ao dizerem que a inserção da mulher no mercado de trabalho contribui para a autoestima feminina, se tornando um valor e uma realização pessoal para elas. Em contrapartida, é uma das maiores e consideráveis transformações no âmbito doméstico da família contemporânea, gerando alterações tanto na dinâmica familiar quanto aos vínculos, levando-as a buscarem um equilíbrio e valorização na dupla jornada exercida por elas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, objetivou-se compreender a relação que mães e filhos estabelecem na família contemporânea. A partir da análise dos resultados, se percebeu que mesmo com as transformações ocorridas na família, essa é um importante sistema na vida do indivíduo, influenciando em todo o seu desenvolvimento. As mudanças acontecem de forma diferenciada em cada núcleo familiar, levando a constatar que não se pode pensar em um modelo ideal de família, em que cada uma apresenta uma composição, suas particularidades, crenças e valores, e a partir disso cada uma desenvolverá o seu padrão de relacionamento.

Outro aspecto que se observou nesse estudo, diz respeito às mães ainda coabitarem entre o modelo aprendido na família tradicional e a maneira exigida pelos tempos atuais. Pois, ao mesmo tempo em que se percebe uma crítica em relação à forma rígida e severa de relacionamento em que essas mulheres receberam de sua família de origem, buscando fazer diferente com seus filhos, elas ainda repetem alguns comportamentos do padrão de relacionamento vivenciado por elas. Contudo, percebe-se que essa atitude leva a uma inconsistência na relação da mãe contemporânea para com seus filhos, que apesar da forma afetiva e baseada no diálogo estabelecido pela maioria, a autoridade dessas mães fica

fragilizada, afetando a hierarquia da família, em que essa fica centrada nas necessidades dos filhos.

Torna-se evidente nessa pesquisa que as mulheres ainda são as principais provedoras do cuidado da casa e dos filhos, por mais que os homens sejam solicitados para compartilharem as tarefas domésticas, eles ainda não assumem esse papel. E é nessa direção que as suas energias se esgotam, pois, buscam uma satisfação tanto no âmbito profissional, quanto no lar, entretanto não se sentem reconhecidas pela dupla jornada.

Esse esgotamento vivenciado pela mãe contemporânea nos faz refletir sobre como ela vive cada um dos papéis exercidos por si atualmente, uma vez que durante as entrevistas, quando questionadas sobre as suas várias funções, se percebeu uma busca constante em realizar todas as tarefas de maneira perfeita, denunciando uma angústia vivenciada no dia a dia dessas mulheres, em que a maioria se emocionou ao dizer a respeito da falta de tempo para si e a respeito da sobrecarga de criar o filho sozinha. Demonstaram-se fragilizadas, o que leva a pensar, que esse sofrimento pode gerar danos à sua saúde física e psíquica.

Quanto aos arranjos familiares apresentados nesse estudo, observou-se que nas famílias consideradas nucleares, as mulheres se queixam sobre não receber ajuda dos maridos, enquanto que nas famílias monoparentais femininas, também lastimam por não receberem ajuda dos homens, tendo que recorrer à família de origem quando necessário. Mas independente da configuração, a família é um espaço de amor e afeto, levando a perceber que a sua configuração não é uma variável para dizer de uma organização ou bem-estar do sistema familiar. Mas sim, a qualidade do relacionamento estabelecido e vivenciado por seus membros que dirá sobre o seu bom funcionamento.

Além disso, como o CRAS deve desenvolver suas ações voltadas para o atendimento familiar, norteadas seu trabalho para o fortalecimento dos vínculos e relações entre os membros das famílias que estão referenciadas nesse equipamento. É evidente na pesquisa a busca constante dessas mães por ajuda profissional, e é por isso que o psicólogo, ou qualquer outro profissional que trabalhe na área, precisa estabelecer um compromisso com a competência, que o leva a ter uma visão ampliada da situação ou da dinâmica familiar, para propor intervenções sólidas e consistentes que sejam fundamentadas na teoria, adquirindo um processo de mudança e garantindo as necessidades dos sujeitos. Diante das mudanças contemporâneas, o profissional precisa estar atento sobre sua visão e postura em relação ao seu trabalho com famílias.

Este estudo buscou compreender as formas de relacionamento da família contemporânea a partir de uma amostra de 10 mães que participam dos serviços ofertados no

CRAS do município de Jequitibá/MG, essas mães se apresentam entre as famílias de baixa renda e com baixa escolaridade. Consequentemente não é possível considerar os seus resultados de forma abrangente para todas as famílias atuais, e para todo o relacionamento entre mães e filhos vivenciados na contemporaneidade. Além disso, esta pesquisa foi desenvolvida apenas com bibliografias na língua vernácula, levando a sugerir que em outros países o seu resultado pode apresentar divergências a esse estudo.

Para um entendimento mais abrangente sobre a temática proposta, sugere-se a futuros trabalhos que se realizem pesquisa em outros contextos, como forma de aprofundar o fenômeno estudado. Este estudo também pode ser aplicado aos filhos de famílias contemporâneas, em que podem ser discutidas as dificuldades desses sobre as perspectivas trazidas por seus pais, e possíveis estratégias para resoluções de conflitos que surgirem sobre a visão tradicional e a contemporânea dentro do sistema familiar, ampliando assim o entendimento sobre esse estudo.

Através da pesquisa, buscou-se contribuir com uma nova visão e perspectiva sobre as possíveis interferências na relação entre mães e filhos devido às atuais mudanças ocorridas na família. Além disso, contribuindo também para uma reflexão sobre como lidar com os diferentes tipos de família estabelecidos na sociedade contemporânea, com os diversos papéis desempenhados pelas mulheres e ainda colaborar para que o profissional que trabalha com família tenha um novo olhar sobre as suas intervenções e postura com esse público.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L. R. *Adoção por casais homoafetivos: a evolução no modelo jurídico brasileiro*. Brasília: Virtù: Direito e Humanismo, v. 1, 2013.

ANTONI, C; TEODORO, M. L. M; KOLLER, S. H. *Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas*, 2011.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas*: Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <www.mds.gov.br>.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas*: Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <www.mds.gov.br>.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas*: Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <www.mds.gov.br>.

BRITO, L. N. O; MIRANDA, F. J; HANNUM, J. S. S. *O contexto da família na atualidade e o processo de criação de filhos*. Goiânia: Fragmentos de cultura, v 23, 2013.

CÚNICO, S. D; ARPINI, D. M. *A família em mudanças: Desafios para a paternidade contemporânea*. São Paulo: Pensando Famílias, 2013.

DIAS, M. O. *Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica o processo de comunicação no sistema familiar*. Gestão e Desenvolvimento, 2011.

FIORIN, P. C; PATIAS, N. D; DIAS, A. C. G. *Reflexões sobre a mulher contemporânea e a educação dos filhos*. Sociais e Humanas, v 24, 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ºed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, I. C; ZANETTI, S. A. S. *A “fragilização das funções parentais” na família contemporânea: determinantes e consequências*. São Paulo: Tema em Psicologia, v. 19, 2011.

GOMES, I. C; ZANETTI, S. A. S. *Relação entre funções parentais e o comportamento de crianças pré-escolar*. São Paulo: Boletim de Psicologia, v. LXIV, 2014.

HINTZ, H. C. *Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós- modernidade*, 2011.

KEHL, M. R. *Em defesa da família tentacular*. Artigos e ensaios, 2003.

LASACCO, S. O jovem e o contexto familiar. In: Acosta, A. R; Vitale, M. A. Org's Cortez, 6º ed. *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: São Paulo-SP: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2015. p. 63-76.

MARTINS, R. S. C; ALVES, R. N; PIATO, R. S. *Conceito de família contemporânea: uma revisão bibliográfica dos anos 2006-2010*, 2013.

OLIVEIRA, N. H. D. *Família contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

OLIVEIRA, C. R; TRAESEL, E. S. *Mulher, trabalho e vida familiar: a conciliação de diferentes papéis na atualidade*. Santa Maria: Ciências da Saúde, v 9, 2008.

ROSSET, S. M. *As dificuldades e possibilidades do trabalho da Terapia Relacional Sistêmica nas famílias atuais*. Curitiba, 2015

SIMÕES, F. I. W; HASHIMOTO, F. *Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX*. Vale do Jequitinhonha: Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas, 2012.

SILVA, J.C.M. *Família: Demandas para o serviço social*. Presidente Prudente -SP, 2009

STAUDT, A. C. P; WAGNER, A. *Paternidade em tempos de mudança*. Psicologia: Teoria e Prática, 2008.

STENGEL. M. *O exercício da autoridade em famílias com filhos adolescentes*. Belo Horizonte: Psicologia em revista, v. 17, 2011.